



Corredores Ecológicos

Experiências em Planejamento e Implementação



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra Marina Silva

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Maria Cecília Wey de Brito

Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais

Nazaré Lima Soares

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Centro de Informação e Documentação - CID Ambiental

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - térreo

70068-900 - Brasília, DF

Tel.: (61) 4009-1235

e-mail: cid@mma.gov.br



Corredores Ecológicos

Experiências em
Planejamento e Implementação

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil

Brasília - 2007

Projeto Corredores Ecológicos

Unidade de Coordenação Geral

Ministério do Meio Ambiente

Coordenador Geral

Militão de Morais Ricardo

Coordenador Corredor Central da Mata Atlântica

Roberto Xavier de Lima

Coordenador Corredor Central da Amazônia

Víctor Paulo de Oliveira

Analistas Ambientais

Erico Grassi Cadermatori

Renata Pires Nogueira Lima

Thayssa Izetti Luna

Técnicos Administrativo/Financeiro

Cátia Beatriz Rodrigues

Jesuito Barbosa Cruz

Jorge Luis Pereira

Estagiários

Murilo de Souza Faria

Teresa Cristina Prado Lourenço da Silva

Unidades de Coordenação Estaduais - Uces

Amazonas

Governo do Estado

Eduardo Braga

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Virgílio Maurício Viana

Secretária Executiva Adjunta de Programas Especiais

Rita de Cássia G. Mesquita

Coordenadora Unidade Coordenação Estadual (UCE/AM)

Maria Jasylene Pena de Abreu

Gerencia Executiva- CCA

Márcio Amorim Maia da Silva

Núcleo de Fiscalização e Vigilância

Cícero Romão de Souza Neto

Assessoria de Imprensa

Felipe Corona

Técnicos Administrativos/Financeiros

Deliane Cortesão Mota

Josete Albuquerque Damasceno

Bahia

Governo do Estado

Jaques Wagner

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Juliano Matos

Coordenador Institucional do Projeto Corredores Ecológicos

Milson dos Anjos Batista

Coordenadora Unidade Coordenação Estadual (UCE/BA)

Marianna Pinho

Técnicos Ambientais

Marcelo Senhorinho

Liana Duarte Gulberg

Lander de Jesus Alves

Fábio Lima Oliveira

Técnico Administrativo/Financeiro

Hamilton Gonçalves

Sydna Santiago

Estagiários

Helber Crisnan

Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando

Espirito Santo

Governo do Estado

Paulo Hartung Gomes

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Maria da Glória Britto Abaurre

Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

Ricardo Ferraço

Coordenadora Institucional do Projeto Corredores Ecológicos

Sueli Passoni Tonini

Coordenadora Unidade Coordenação Estadual (UCE/ES)

Gerusa Bueno Rocha

Técnicos Ambientais

Erica Rodrigues Munaro

Evie Ferreira Costa Negro

Felipe Martins Cordeiro de Mello

Jayme Henrique Pacheco Henriques

Sandra Ribeiro

Técnicos Administrativos

Cláudia Santos Machado

Viviane Lube de Sousa Duarte Silva

Estagiários

Antonio de Oliveira Junior

Cibele Alves

Franciele Rodrigues Ramalho

Coordenação

Roberto Xavier de Lima

Comissão de revisão

Cátia Beatriz Rodrigues
Evie Negro
Marcia Regina Lederman
Renata Pires Nogueira Lima
Roberto Xavier Lima
Thayssa Izetti Luna
Victor Paulo de Oliveira

Apoio

GTZ - Jussara Ramos

Projeto gráfico

Agência Grow Up - Ana Amorim

Revisão editorial

Marco Antônio Gonçalves

Fotos gentilmente cedidas

Cyro Soares - GTZ, André Alves, Roberto Xavier e Victor Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Cristina de Vasconcellos – CRB / 6 - 505

P963

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Corredores Ecológicos - experiências em planejamento e
implementação / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de
Biodiversidade e Florestas. - Brasília: MMA, 2007.
p. : il. color. ; 29 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7738-079-4

1. Corredor ecológico. 2. Gestão ambiental. I. Ministério do
Meio Ambiente. II. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. III.
Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do
Brasil. IV. Título.

CDU(2.ed.)504.06

Apresentação

O Projeto Corredores Ecológicos, parte do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, objetiva contribuir para a conservação efetiva da biodiversidade do Brasil por intermédio de uma abordagem inovadora que propõe a criação de corredores de floresta tropical em dois dos mais importantes biomas brasileiros: a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica.

Objetivos específicos incluem ações integradas de monitoramento e fiscalização e apoio à iniciativas que visem o uso sustentável de recursos naturais nas áreas subjacentes.

Os corredores foram concebidos como forma de conectar áreas protegidas, mantendo ou restaurando a conectividade da paisagem e facilitando o fluxo genético entre populações por meio de alternativas para o desenvolvimento de práticas de pouco impacto nas áreas de interstícios. A estratégia de ação é descentralizada, sendo a participação social uma marca do projeto, desde o seu planejamento até a implantação das ações.

O Projeto Corredores Ecológicos selecionou dois corredores como campo inicial para a sua atuação: o Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA - e o Corredor Central da Amazônia - CCA.

A priorização desses dois corredores dentre os sete inicialmente propostos, levou em conta a maior viabilidade institucional para sua consolidação (associação com áreas preservadas de Terras Indígenas, criação de Unidades de Conservação, ou por potencial de unidades privadas).

Considerando que os ecossistemas da Amazônia e da Floresta Atlântica apresentam realidades distintas, a implementação de cada um dos corredores exige estratégias específicas. No Corredor Central da Amazônia-CCA, a estratégia é garantir a conectividade entre as áreas protegidas por meio de ações que visem a manutenção e a ampliação destas áreas, além do apoio à implementação do uso sustentável dos recursos naturais nas áreas de interstícios. No Corredor Central da Mata Atlântica-CCMA, a estratégia é assegurar a proteção dos remanescentes florestais significativos e incrementar, gradativamente, a ligação entre porções nucleares da paisagem por meio do controle, proteção e recuperação da cobertura florestal.

A publicação que aqui apresentamos, ao relatar as experiências em planejamento e implementação de corredores ecológicos ajuda a perceber que o estabelecimento de parcerias entre o governo e a sociedade civil pode auxiliar a gestão ambiental de territórios. O objetivo é conciliar a conservação dos recursos naturais com alternativas econômicas para as populações locais. Sendo assim, apresentamos alguns dos resultados obtidos, ao longo dos 4 anos de execução do projeto, como contribuição fundamental aos técnicos e ao público em geral para a compreensão dos Corredores Ecológicos.

Equipe Projeto Corredores Ecológicos

Sumário

O que é o Projeto Corredores Ecológicos?	11
Metodologia e Estratégia para o Planejamento de Unidades de Conservação.	
Militão de Moraes Ricardo e Roberto Xavier de Lima.	13
Definição e planejamento de áreas prioritárias para corredores ecológicos no Espírito Santo.	
Gerusa Bueno, Jayme Henrique Pacheco Henriques, Felipe Martins Mello, Erica Munaro Tubay, Evie Ferreira Costa Negro e Sandra Ribeiro	20
O Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento para a Mata Atlântica no Espírito Santo.	
Felipe Cordeiro de Mello e Antonio de Oliveira Júnior.	25
Reflexões sobre a gestão participativa na implementação do Projeto Corredores Ecológicos.	
Maria da Penha Padovan e Clayton Ferreira Lino.	30
Turismo sustentável nos corredores ecológicos do estado do Espírito Santo. Jayme Henrique Pacheco Henriques e Evie Ferreira Costa Negro.	36
O Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia - Geobahia.	
Margareth P. Maia, Joseval Souza de Almeida, Fábio da Silva Costa, Getúlio Beanes da Silva Santos Júnior, Antônio Sérgio Mendes e Rosa Silvia C. Kitahara Rodrigues.	42
A importância das reservas privadas na implementação de corredores ecológicos.	
Marcia Regina Lederman	47
Os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e o Corredor Central da Amazônia.	
Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, Cassio Noronha Inglês de Sousa, Maira Smith, Sérgio Pedreira Pereira de Sá e Roselis Remor de Souza Mazurek.	51





O que é o Projeto Corredores Ecológicos?

Corredores Ecológicos são definidos, neste Projeto, como áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstícios. Sua função é propiciar uma proteção efetiva da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação das florestas existentes por meio da interligação entre diferentes modalidades de áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo.



Nos corredores, unidades de conservação federais, estaduais e municipais são gerenciadas de forma integrada com terras indígenas e áreas de interstício (áreas particulares, seja de grandes empresas ou de pequenos proprietários, comunidades, cidades, assentamentos). Desta forma, pretende-se manter ou restaurar a conectividade da paisagem e facilitar o fluxo genético entre populações, aumentando as chances de sobrevivência, a longo prazo, das comunidades biológicas. Trata-se de uma proposta de gestão do território em escala regional destinada a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O Projeto tem o propósito de testar e abordar diferentes condições para a implementação desse conceito, de forma piloto, em dois corredores: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Central da Amazônia.

O Corredor Central da Mata Atlântica

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) compreende o sul do estado da Bahia e a totalidade do estado do Espírito Santo, incluindo as áreas marinhas até o limite da plataforma continental. Corresponde a um território de 12 milhões de hectares composto por áreas naturais remanescentes, como fragmentos florestais e ecossistemas aquáticos, e áreas protegidas públicas e privadas.

Aproximadamente 95% do CCMA estão sobrepostos a propriedades particulares situadas em 163 municípios. Seus ecossistemas terrestres se encontram extremamente fragmentados e em sua maior parte estão submetidos a ameaças permanentes de exploração ou desflorestamento.

O Corredor Central da Amazônia

O Corredor Central da Amazônia (CCA) ocupa uma área de mais de 52 milhões de hectares integralmente situados no estado do Amazonas, correspondendo a cerca de um terço de seu território. Trata-se de uma área com reduzidas taxas de desmatamento anuais onde existem 53 unidades de conservação, tanto de proteção integral como de uso sustentável, e 65 terras indígenas. Juntas, essas áreas protegidas abarcam 70% do Corredor.

Estratégia de implementação do Projeto

A implementação do Corredor Central da Mata Atlântica e do Corredor Central da Amazônia apóia-se em estratégias de planejamento participativo, descentralização das decisões e da execução, orientação aos investimentos produtivos e estrutura institucional em rede a partir das entidades que atuam em cada corredor. As ações são definidas por conselhos gestores paritários, composto por instituições governamentais e não-governamentais. São parceiros para execução do Projeto ONGs, instituições do governo federal (IBAMA, universidades), instituições dos governos estaduais (secretarias de meio ambiente, secretarias de produção) e prefeituras.

12

O Projeto conta com recursos provenientes de doações externas do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT) e da Comunidade Européia, por meio da Banco Mundial; da República Federal da Alemanha, por meio do banco alemão KfW, e de contrapartidas do Governo Federal e dos executores.



Metodologia e estratégia para o planejamento de unidades de conservação



Militão de Morais Ricardo¹
Roberto Xavier de Lima²

Metodologia e estratégia para o planejamento de unidades de conservação

A metodologia e a estratégia adotadas no planejamento das UCs federais é um dos principais problemas do SNUC atualmente. A elaboração descentralizada dos planos de manejo, com o apoio dos conselhos consultivos, e a adoção de uma abordagem gradualista e continuada no planejamento dessas unidades pode minimizar o problema.

Os dois corredores atualmente em processo de implementação pelo Projeto Corredores Ecológicos apresentam características muito distintas entre si. Enquanto o Corredor Central da Amazônia apresenta alta taxa de dominialidade pública, ecossistemas em excelente estado de conservação e extensas áreas protegidas conectadas entre si, as UCs do Corredor Central da Mata Atlântica se encontram fragmentadas, com perímetros muito irregulares - o que favorece o efeito de borda sobre os remanescentes - e com baixa taxa de dominialidade pública, sofrendo diversas pressões antrópicas que as transformaram em verdadeiras ilhas biológicas. A falta de pessoal nessas UCs agrava este quadro, afetando negativamente também a gestão das áreas protegidas no corredor amazônico.

Apesar dos concursos públicos realizados, há alta rotatividade de servidores no órgão de meio ambiente federal provocada, entre outras razões, pela falta de infra-estrutura nas UCs, pela transferência de técnicos das unidades para outras funções e até por ameaças de morte feitas por interesses locais. As pequenas equipes que resistem enfrentam, ainda, o problema da falta de planos de manejo, instrumento básico para a gestão das UCs, que devem ser realizados de uma maneira rápida, simplificada e com custo menor que o atual.

Conselhos consultivos como instâncias de planejamento

14

Ainda que não tenham alcançado os 10% recomendados como mínimo para a proteção da biodiversidade, as áreas protegidas sob a forma de UCs aumentaram consideravelmente nos últimos anos no Brasil, passando de 134, em 1989, com uma área de 15 milhões de hectares, para 288 unidades, que abrangem mais de 70 milhões de hectares atualmente. Todavia, não foi possível desenvolver um esforço semelhante no planejamento dessas áreas, sendo que somente cerca de um terço das UCs federais dispõe deste instrumento. Isso significa que seria necessário elaborar cerca de 200



planos de manejo que, a um custo de R\$ 400.000,00 - valores extraídos de uma seleção de consultoria feita recentemente -, exigiria cerca de R\$ 80 milhões e o emprego de uma capacidade técnica indisponível no país, ou então de um prazo extremamente longo para que esses planos de manejo fossem elaborados.

O roteiro metodológico estabelecido pelo Ibama em vigor para elaborar planos de manejo de UCs de proteção integral teve louvável cuidado com os aspectos técnicos, mas não considerou os operacionais. O volume de pesquisas exigido na elaboração de um plano de manejo implica um custo elevado e a necessidade de mais ou menos dois anos de trabalho. Não se trata somente do tempo necessário para elaborar as pesquisas, mas também do tempo exigido para analisá-las e da disponibilidade da equipe técnica do órgão responsável pela UC. Além disso, terminado o plano, dificilmente é estabelecida e cumprida uma linha de pesquisa para aprimorar o conhecimento sobre a UC. Levantamentos primários de fauna, flora e meio físico, zoneamento da área por meio de imagens de satélite e levantamentos sobre a socioeconomia dessa UC e seu entorno podem ser realizados por meio de contratação de serviços técnicos especializados. É o que chamamos “plano-evento”, em que todo o plano de manejo é parte de uma única ação que demanda dois anos de trabalho e investimentos.

A adoção de métodos como a avaliação ecológica rápida (AER) surgiu como alternativa para minimizar os custos dos planos de manejo. Os trabalhos de uma AER devem ter duas fases de 15 dias de campo cada, alternando-se os períodos de chuva com os de seca. Entretanto, conforme apregoa o referido roteiro metodológico, ele é somente uma das ferramentas do planejamento e ampliará seus custos se tiver que cumprir todas as atividades de deslocamento e logística da equipe entre os municípios de entorno das UCs consideradas. Esse problema poderia ser minimizado se os conselhos consultivos pudessem ser fortalecidos para serem um das instâncias de planejamento participativo destas UCs.

Mesmo os custos da AER poderiam ser minimizados se algumas áreas do conhecimento acadêmico fossem suprimidas do processo ou, então, se não fossem priorizadas na obtenção do documento de gestão - ou seja, o plano manejo. Um coordenador geral desses trabalhos poderia ser chamado para fazer a compilação dos dados secundários disponíveis, com o apoio de consultorias temáticas. Como resultado deste documento sucinto, lacunas de conhecimento imprescindíveis para a gestão da UC seriam apontadas, ordenando as prioridades para as pesquisas subseqüentes, demandando e induzindo as temáticas prioritárias - em vez de, como corre no “plano-evento”, permitir qualquer pesquisa demandada que, ainda que tenha importância enquanto conhecimento acadêmico, muitas vezes não contribui de uma maneira pragmática na construção do saber para a gestão desta UC.

Pesquisa e planejamento gradual para uma melhor gestão

Em 1996, um novo roteiro metodológico para categorias de UCs de Proteção Integral, organizado pelo Ibama com apoio da GTZ, estabeleceu três fases para a elaboração do plano de manejo. A primeira, elaborada em cerca de três e quatro meses, utilizava a informação existente e obtinha um plano muito simples e, conseqüentemente,

restritivo, devido ao limitado conhecimento que se obtinha da unidade. Segundo essa metodologia, os planos de manejo deveriam partir do levantamento de seus dados secundários e da informação disponível sobre a área de entorno e identificar lacunas em suas áreas de conhecimento.

Esta primeira fase hoje incluiria necessariamente a constituição e operação do conselho consultivo, elemento fundamental para que o conhecimento local fosse incorporado ao plano. Quanto menos conhecimento, mais restritivo seria este plano. Porém, seriam estabelecidas as diretrizes básicas para a gestão da unidade e uma relação de atividades de pesquisas e outros procedimentos visando elevar o conhecimento sobre a área. Decorrido um ou dois anos, seria possível passar a uma segunda fase, com um plano mais detalhado e de maior utilização da UC em função do conhecimento obtido. Nessa segunda fase, conforme o roteiro, as atividades de busca do conhecimento constituiriam, ainda, uma linha importante de trabalho, que permitiria passar à terceira fase, correspondente ao que hoje se busca obter de uma só vez. Isso constitui a prática de um processo de planejamento para a UC.

Outro fator marcante na evolução da metodologia de elaboração dos planos de manejo foi o extravasamento dos limites físicos das UCs, com a inclusão de sua área de amortecimento nas tarefas de planejamento. Essa inclusão levou à prática do planejamento participativo, em que a equipe da UC, a população da área de amortecimento e outras instituições atuantes na unidade colaboram com o planejamento. Essa participação foi sendo progressivamente ampliada, principalmente no caso de unidades de uso sustentável - reservas extrativistas (Resex), reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), áreas de proteção ambiental (APA) e florestas nacionais (Flona), constituindo, hoje, a base do estabelecimento dos conselhos consultivos determinados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Decorridos cinco anos, a metodologia de planejamento estabelecida em 1996 foi substituída, voltando ao “plano-evento” e todos os problemas operacionais descritos anteriormente. Trata-se mais de um problema operacional do que técnico que, de toda forma, resulta em uma impossibilidade de dispor dos planos de manejo.

16

A primeira fase do plano obtido por meio de um processo gradual de planejamento, como defendemos, além da definição da linha de conhecimento a ser obtida, permite determinar ações relativas a limites mais convenientes, fiscalização, uso público e estrutura de acesso e edificações mínimas da sede, além do envolvimento dos atores por intermédio do conselho.

A unidade sem plano fica ao sabor da sensibilidade de seu chefe, que se preocupará em atender a aspectos que lhe pareçam mais importantes, seja relacionado à educação ambiental, ao envolvimento das comunidades vizinhas ou ao uso público. Essa diretriz será provavelmente alterada com a chegada de um novo chefe. Porém, havendo um plano, ainda que em fase inicial de desenvolvimento, o responsável pela UC teria orientação duradoura sobre como se conduzir em sua função. E, se o nome de “plano de manejo” nesse nível do processo de planejamento não for julgado adequado, poderia ser denominado de plano preliminar, diretrizes para a implementação da unidade ou qualquer outro.

Dificuldades encontradas pelas estratégias de planejamento de UCs

Até o início da década de 1990, os planos de manejo eram elaborados por técnicos do próprio Ibama que, por sua formação e experiência, asseguravam a qualidade desses documentos. Entre os problemas que dificultavam esse trabalho cabe serem citados a obtenção do conhecimento necessário à formulação dos planos, o reduzido número de servidores qualificados para o trabalho ante o número de planos a serem elaborados ou revisados, o uso da metodologia do “plano-evento” e a escassez de recursos financeiros para essa finalidade. Qualquer análise dessa situação, em face das políticas de redução do serviço público posta então em prática e da forma como era aplicada essa política, concluiria a impossibilidade da obtenção dos planos de manejo dentro da estratégia praticada.

O início da execução do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - que tinha um componente dirigido a UCs federais selecionadas -, resolveu o problema da falta dos recursos financeiros de algumas unidades, mas não enfrentou os demais problemas. Foi muito difícil para os técnicos do Ibama aceitarem a utilização de consultores para elaborar o todo ou parte desses planos. Tecnicamente, houve um ajuste e aprendizado para passar do “fazer planos” para o “obter planos feitos por consultores”.

A elaboração de termos de referência, o acompanhamento dos trabalhos e a verificação e aprovação dos resultados levaram os técnicos da instituição federal de meio ambiente a um novo formato de trabalho, que ocupava muito de seu tempo em reuniões colegiadas. Também a área administrativa do órgão não se sentiu em condições de cumprir com os procedimentos administrativos que o uso destes recursos exigiam, o que foi contornado provisoriamente pelo estabelecimento de uma equipe suplementar apoiada pelo PNMA. Desta forma, a limitação à obtenção dos planos de manejo continuava especialmente relacionada à indisponibilidade de pessoal, não somente técnico, mas também administrativo.

A condição estabelecida pelo PNMA - de que somente em UCs com planos de manejo seriam aplicados os recursos do Projeto - levou à definição do que foi denominado “Plano de Ação Emergencial”, que consistia na obtenção de um planejamento preliminar, feito a partir do conhecimento existente, que definiria diretrizes preliminares e estabeleceria linhas de atuação relacionando atividades a serem cumpridas. Este tipo de planejamento permitiu que fossem desenvolvidos estudos que resultaram no roteiro metodológico adotado em 1996, citado anteriormente. Adicionalmente, a contratação desses planos colaborou para levar a prática da utilização de consultorias na elaboração de planos de manejo ao Ibama. Esta prática abrange desde somente a contratação de pesquisas ou de Avaliação Ecológica Rápida (AER) até a elaboração completa do plano. Essa forma de abordar o planejamento também colaborou para que um maior número de UCs dispusessem de algum planejamento, ainda que preliminar.

Concluído o componente Unidades de Conservação do PNMA, recursos financeiros próprios da instituição e de outras fontes permitiram avançar na elaboração dos planos de manejo das UCs federais. Porém, as restrições administrativas e de pessoal continuaram. A flexibilização dos procedimentos de contratação foi buscada por

intermédio de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que progressivamente foi ficando limitado por normas estabelecidas pelo Governo Brasileiro e por diferenças de procedimentos entre os adotados por esse órgão e por alguns financiadores externos. De qualquer modo, cabe considerar que, mesmo recursos aportados pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA¹), com grande agilidade em seu uso, encontram dificuldades para a obtenção de planos de manejo de UCs.

A partir de 2002 começaram a ser realizados concursos públicos para a contratação de analistas ambientais para o Ibama, atendendo à crônica falta de servidores nas unidades e suprimindo, também, as diretorias da Sede e as Superintendências com técnicos que tinham, entre outras funções, a de formular planos de manejo para as unidades. Em paralelo, a conscientização cada vez maior sobre os problemas ambientais, ao lado de um esforço considerável do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, resultaram na criação de elevado número de novas UCs, o que aumentou a relação daquelas sem planejamento.

Uma oportunidade para solucionar os impasses no planejamento de UCs

As limitações identificadas no início da década de 1990, relacionadas especialmente à falta de pessoal, definição clara de metodologia, disponibilidade de recursos financeiros e à agilidade em procedimentos administrativos, foram resolvidas parcialmente. Porém, ainda persiste um alto déficit de planejamento nas UCs federais. Especialmente nesse momento, em que é criado pelo Governo Federal o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, é necessário pensar se os recursos financeiros e a força de trabalho disponíveis estão sendo utilizados da melhor maneira. Concentrados em Brasília, resultam em centralização na elaboração dos planos de manejo e induzem a necessidade de mais pessoal na sede nacional do órgão.

Diante disso, pergunta-se: por quê a elaboração do plano de manejo não é responsabilidade da própria equipe da UC, já que conta com servidores concursados e capacitados - ou que seriam capacitados para tanto -, que poderiam contar com o apoio dos técnicos de maior experiência? Por quê ainda são utilizados os acordos com o PNUD para a contratação das consultorias necessárias aos planos, quando as áreas administrativas, tanto da sede nacional do órgão como das superintendências, poderiam, com pequeno esforço, executar os procedimentos administrativos e financeiros exigidos para fazer esses planos? Por quê insistir na abordagem metodológica do “plano-evento”, ou mesmo em tentativas de simplificá-lo, quando

¹ O ARPA é um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente destinado a estruturar uma rede de unidades de conservação que proteja amostras importantes das diferentes paisagens amazônicas. É financiado com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), administrado pelo Banco Mundial; do banco alemão KfW e da rede mundial de conservação WWF, com contrapartidas do governo federal e dos governos estaduais. Os recursos são administrados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), organização não-governamental com experiência em projetos ambientais.

poderíamos ter toda a complexidade necessária a um bom plano de manejo por meio da adoção de um processo gradual de planejamento da UC?

O último obstáculo normalmente citado - a falta de uma instituição dedicada exclusivamente às UCs, já que o Ibama tinha atribuições em demasia - acaba de ter sua solução definida pelo Governo Federal. Este é o momento em que devemos deixar de ver somente os obstáculos e trabalhar com as oportunidades que não foram devidamente utilizadas. Afinal, estamos produzindo situações insustentáveis em nossas UCs por falta de equipe para geri-las e de instrumentos mais ágeis de planejamento. A eficiência destas unidades somente ocorrerá quando estas questões básicas de gestão forem resolvidas. E para isto devemos incorporar às diretorias do órgão federal responsável pelas UCs um novo modelo de gestão. Estes planos de manejo devem estar sempre em construção, partindo de um mínimo de informação que permita ao menos o zoneamento das áreas, decorrente da compilação de dados secundários, com consultorias pontuais para obtenção de dados primários imprescindíveis.

A mudança de paradigma de Parques fechados e sem planos de manejo para UCs com planos elaborados e diretrizes de pesquisa definidas gerará uma nova possibilidade para a gestão das unidades. Os gestores destas áreas, ao deixarem de atender somente questões emergenciais internas, poderão se concentrar nas demandas exigidas pela condição de áreas-núcleo que as UCs cumprem nos corredores ecológicos.

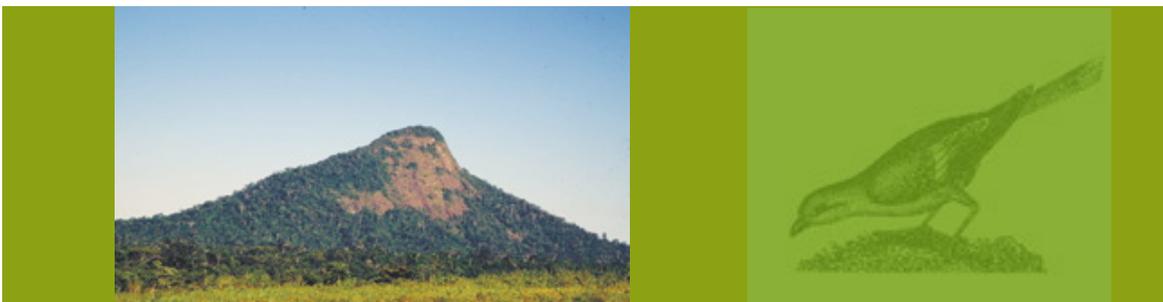
¹ Arquiteto, mestre em Desenvolvimento Sustentável, Coordenador Geral do Projeto Corredores Ecológicos. Contato: militao.ricardo@mma.gov.br

² Biólogo, mestre em Conservação da Natureza, Coordenador do Corredor Central da Mata Atlântica do Projeto Corredores Ecológicos. Contato: roberto.lima@mma.gov.br

Referências Bibliográficas:

IBAMA; GTZ. Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto. Versão 3.0. Brasília, 1996.

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L.; MENESES, E. O. Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Ibama, 2002. 135 p.



Definição e planejamento de áreas prioritárias para corredores ecológicos no Espírito Santo



Gerusa Bueno Rocha¹

Jayme Henrique P. Henriques²

Felipe Martins Cordeiro de Mello³

Erica Munaro Turbay⁴

Evie Ferreira C. Negro⁵

Sandra Ribeiro⁶

Definição e planejamento de áreas prioritárias para corredores ecológicos no Espírito Santo

A participação social na identificação e planejamento de corredores ecológicos prioritários no estado propiciou maior compreensão, por parte dos atores locais, sobre as finalidades do Projeto. Esse processo fortaleceu a apropriação de conceitos fundamentais por grupos locais e seu envolvimento nas ações de proteção da Mata Atlântica nas áreas priorizadas.

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) está totalmente inserido no Domínio da Mata Atlântica, ocupando em sua parte terrestre uma área de aproximadamente 133 mil quilômetros quadrados ao longo de 1.200 quilômetros de costa. De acordo com o último relatório da Fundação S.O.S Mata Atlântica, divulgado em 2006, o Espírito Santo possui pouco mais de 11% do bioma original. Estudos divulgados pelo Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica (Ipema), que coordenou a elaboração da lista de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção no estado, indicam que 959 espécies da flora e fauna capixabas estão ameaçadas de extinção, sendo que 240 estão criticamente em perigo, 254 estão em perigo e 465 são consideradas vulneráveis. O estudo também identificou que 40 espécies da fauna e da flora podem ser consideradas extintas.

A priorização do CCMA, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, ocorreu devido ao alto grau de vulnerabilidade e de fragmentação dos ecossistemas dessa região, quando comparado ao Corredor da Serra do Mar - região delimitada como possível de ser beneficiado pelo Projeto. Todavia, apesar de encontrar-se sob extrema ameaça, a área do CCMA ainda contém remanescentes de Mata Atlântica com biodiversidade significativa e boas chances de manutenção ou restabelecimento de conectividade. Pesaram, ainda, na escolha dessa região a capacidade de implementação dos estados do Espírito Santo e Bahia, bem como das organizações não-governamentais, e a existência de dados disponíveis sobre a área do corredor (MMA, 2002).

Estratégia adotada pelo Projeto no estado

O envolvimento e a cooperação entre instituições e a descentralização de ações foram princípios estratégicos adotados pelo Projeto Corredores Ecológicos desde sua concepção. Na abordagem proposta pelo Projeto são considerados, de forma equilibrada, tanto os fatores biológicos quanto os socioeconômicos - ou seja, o Projeto assume que, para a efetividade das medidas de conservação, é imprescindível que estas estejam acompanhadas de medidas de compensação de interesses e de legitimação social (MMA, 2002). Esta abordagem apresenta-se como uma estratégia alternativa às formas convencionais de conservação da diversidade biológica, propondo uma gestão compartilhada, a um só tempo mais abrangente, descentralizada e participativa.

A estratégia de mobilização e divulgação do conceito de corredor ecológico, posta em curso pela Unidade de Coordenação Estadual do Espírito Santo, foi planejada a partir da subdivisão do estado em dez regiões - Caparaó, Sul, Litoral Sul, Centro Serrana, Grande Vitória, Centro-Norte Serrana, Baixo Rio Doce, Litoral Norte, Noroeste e Norte -, definidas segundo critérios de representatividade fitofisionômica e de limites políticos dos municípios.

O processo de mobilização dos atores dessas regiões teve início em novembro de 2003, quando foi realizado o I Encontro Projeto Corredores Ecológicos com os Municípios da Região do Caparaó, cujo objetivo foi disseminar e discutir o conceito de corredor ecológico e traçar um diagnóstico dos principais problemas e potencialidades da região sob o ponto de vista dos atores locais. Posteriormente, foram realizados encontros nas outras nove regiões, tendo contado com a participação de 818 representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor dos 78 municípios do estado.

Encerrada esta série de primeiros encontros, em março de 2005 foi iniciada uma nova rodada de encontros regionais. Os II Encontros Projeto Corredores Ecológicos com os Municípios foram realizados nas dez regiões e reuniram, ao todo, 707 participantes. Os segundos encontros tiveram como objetivo conhecer experiências locais bem sucedidas, além de formar grupos para trabalhar localmente o conceito e articular ações para auxiliar a formação dos corredores ecológicos. Esses grupos receberam o nome de Grupos de Articulação Local.

Definição de áreas prioritárias para corredores pilotos

Objetivando otimizar os esforços, ainda no ano de 2005 os representantes dos Grupos de Articulação Local foram convidados a delimitar áreas para a implementação de um corredor piloto em cada uma das regiões. Para a definição dessas áreas foram sugeridos os seguintes critérios: tamanho e proximidade dos fragmentos florestais, existência de unidades de conservação, situação dos recursos hídricos e existência de instituições organizadas e de projetos de desenvolvimento sustentável em andamento (PCE, 2006).

As áreas delimitadas receberam o nome de corredores ecológicos prioritários e suas áreas somadas correspondem a aproximadamente 600 mil hectares, cerca de 13% do Estado. Os dez corredores ecológicos definidos contemplam diferentes ecossistemas e distintas realidades sócio-econômicas e culturais.

Na quarta série de encontros regionais, foram realizadas oficinas de planejamento que resultaram na elaboração participativa de planos de ação para a implantação dos dez corredores prioritários. Durante esses eventos, que envolveram um total de 239 pessoas, foram levantadas - através de uma dinâmica denominada "mapa falado" - informações sobre os meios biótico, físico, antrópico e sobre o setor produtivo, permitindo traçar um diagnóstico das áreas delimitadas. A partir desse diagnóstico, foram levantadas as expectativas dos participantes, posteriormente convertidas em um plano de ação, contendo a definição de metas, ações, responsáveis e potenciais parceiros para a sua efetivação.

Planejamento participativo incrementa resultados

Durante o processo de definição e planejamento dos corredores prioritários, os Grupos de Articulação Local foram fortalecidos e, desde então, vêm se consolidando como disseminadores locais da abordagem de corredores ecológicos. Esses grupos são formados em média por 20 membros, representando organizações não-governamentais, cooperativas, associações e sindicatos rurais, comunidades

tradicionais, instituições de ensino e pesquisa e empresas privadas, além de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. Dentre as principais funções do grupo estão a disseminação do conceito de corredores ecológicos, a mobilização de proprietários rurais, a seleção de áreas para reflorestamentos e atividades de educação ambiental.

A participação de instituições locais no processo, iniciado durante a Fase I, tem sido essencial para a definição e execução das ações prioritárias que serão implementadas durante a próxima etapa do Projeto. Convocar a sociedade civil e os órgãos governamentais para participar dessa estratégia inédita de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica no Espírito Santo é um desafio constante que vem possibilitando não só a identificação de problemas, mas também a implantação de ações para a consolidação dos corredores definidos.

A estratégia de mobilização e difusão do conceito de corredores ecológicos - até então uma novidade para a maioria dos participantes - possibilitou a compreensão dessa abordagem e estimulou o envolvimento crítico dos atores locais. A definição e o planejamento dos corredores prioritários de modo participativo foi fundamental a legitimação e apropriação destes pela sociedade, o que aumenta as chances de sucesso na implementação destas áreas como unidades demonstrativas, que futuramente poderão servir como modelos para outros corredores de floresta atlântica.

Tal resultado nos leva a acreditar que a conexão de pessoas e a diversidade de idéias, saberes e sentimentos daí decorrentes contribuem para a conexão de florestas e a consolidação dos dez corredores prioritários, favorecendo seu “enraizamento” regional de forma a facilitar a continuidade das ações, mesmo após o término do Projeto.

O amadurecimento dos Grupos de Articulação Local tem sido notável a cada etapa. Esses grupos vêm se fortalecendo e se consolidando como referências locais. De acordo com a realidade de cada região, eles têm, com o apoio técnico do Projeto, posto em prática as ações prioritárias definidas durante as oficinas de planejamento, com destaque para as iniciativas de elaboração de projetos para a captação de recursos, ações de educação ambiental e de disseminação do conceito de corredor ecológico, e formação de grupos e cooperativas visando o desenvolvimento de atividades sustentáveis, como o ecoturismo e a agricultura ecológica.

Outro avanço identificado foi o envolvimento dos órgãos licenciadores, federais, estaduais e municipais, o que possibilitou a elaboração de condicionantes, para empreendimentos a serem instalados em áreas de corredores, que contribuam para os objetivos do Projeto e possibilitem a implantação das ações prioritárias definidas durante as oficinas de planejamento.

O estabelecimento de um processo participativo na construção dos corredores ecológicos no Espírito Santo, mobilizando e disseminando conceitos fundamentais, possibilitou um amadurecimento das idéias e uma gradativa convergência para o foco do Projeto, criando as bases para a segunda fase de implementação, quando serão realizadas as intervenções propostas.

¹ Bióloga, coordenadora estadual do Projeto Corredores Ecológicos Unidade de Coordenação do Espírito Santo. Contato: gerusa.bueno@gmail.com

² Turismólogo, técnico em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/ Projeto Corredores Ecológicos. Contato: aventur@uol.com.br.

³ Biólogo, técnico especialista do Ministério do Meio Ambiente/ Projeto Corredores Ecológicos. Contato: felipe.mello@mma.gov.br.

⁴ Engenheira florestal, técnico em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos /Projeto Corredores Ecológicos. Contato: emunaro@iema.es.gov.br.

⁵ Jornalista, técnico em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos /Projeto Corredores Ecológicos. Contato: enegro@iema.es.gov.br.

⁶ Bióloga, técnica em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos /Projeto Corredores Ecológicos. Contato: sandripes@yahoo.com.

Referências Bibliográficas

CEPF. Perfil do Ecossistema: Mata Atlântica, *hotspot de biodiversidade*. CEPF, 2001.

FONSECA, G. A. B.; ALGER, K.; PINTO, L. P.; ARAÚJO, M.; CAVALCANTI, R. Corredores de biodiversidade: O Corredor Central da Mata Atlântica. In: ARRUDA, M. B.; SÁ, L. F. S. N. (Orgs). *Corredores Ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil*. Brasília: Ibama, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA DA MATA ATLÂNTICA. Conservação da mata atlântica no estado do Espírito Santo: cobertura florestal e unidades de conservação. Vitória: Conservação Internacional do Brasil/ IPEMA, 2005.

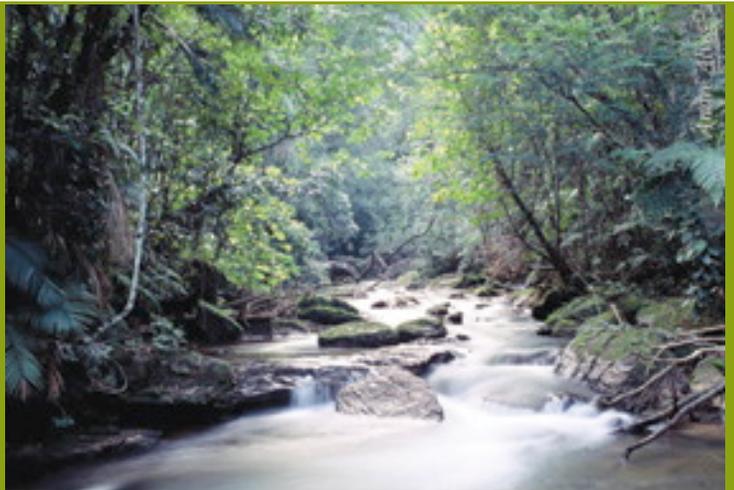
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Corredores Ecológicos. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. MMA/PPG7, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Corredores Ecológicos: Síntese do processo de definição e planejamento dos corredores prioritários no Espírito Santo. 2006.

RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (eds.). Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA, 2003.



O Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento para a Mata Atlântica no Espírito Santo



Felipe Martins Cordeiro de Mello ¹
Antonio de Oliveira Júnior ²

O Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento para a Mata Atlântica no Espírito Santo

Implementado com o apoio do Projeto Corredores Ecológicos, o Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento adota uma estratégia marcada pela integração entre instituições parceiras, medida fundamental para o sucesso de suas ações aéreas e terrestres.

Parte do Subcomponente Fiscalização e Monitoramento do Projeto Corredores Ecológicos, o Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento adotado no Espírito Santo reúne estratégias de patrulhamento e vigilância, exercidas pelo poder público, por meio de ações integradas de fiscalização e monitoramento ambiental da Mata Atlântica no estado. A principal delas consiste na definição de um diagnóstico da situação do bioma para, por meio de um processo de planejamento sistemático, reverter o atual quadro de degradação ambiental existente.

As ações empreendidas são planejadas de forma conjunta pelos diversos órgãos diretamente envolvidos na fiscalização ambiental, estimulando a participação do Ministério Público, das prefeituras municipais, da sociedade civil organizada e do setor privado nos processos de controle, vigilância e fiscalização, respeitadas as atribuições e competências de cada parceira. O Plano integra todas as atividades de comando e controle exercidas pelo poder público no dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, como preconiza a Constituição Federal.

Metodologia: arranjo territorial e etapas planejadas



Diante da extensão territorial a ser percorrida nas atividades de fiscalização e monitoramento, foram planejadas rotas visando otimizar a relação espaço-tempo, regionalizando as ações segundo critérios políticos, físicos e econômicos.

Uma primeira setorização, adotada pelo Núcleo de Operações e Transportes Aéreos (NOTAer), consiste na divisão do estado em nove quadrantes, enumerados em ordem crescente no sentido nordeste-sudoeste visando orientar os sobrevôos de helicóptero. Em seguida, o Plano dividiu o mapa do estado em 10 áreas, agrupando os municípios segundo suas dinâmicas econômicas e a presença de unidades de conservação e de fragmentos da Mata Atlântica em seus limites.

As ações que fazem parte do Plano se dividem em quatro etapas complementares entre si. A primeira das etapas refere-se ao patrulhamento aéreo e representa o principal procedimento de identificação das agressões contra o meio ambiente. Sobrevôos são executados de modo que seja realizada uma varredura completa de cada um dos quadrantes utilizados pelo NOTAer. As agressões identificadas são fotografadas, referenciadas em GPS e descritas em uma planilha de voo. Todos os tripulantes presentes no patrulhamento aéreo participam da identificação das agressões.

Um posto avançado é montado para a organização e impressão de mapas que possibilitarão o rastreamento das agressões identificadas durante o voo. Os mapas de navegação, assim chamados pelos agentes fiscalizadores, são entregues ao Batalhão da Polícia Ambiental em até 48 horas para que, então, seja efetivada a checagem de campo.

Acionado assim pelos fiscalizadores, o Batalhão de Polícia Ambiental deverá conferir ponto a ponto as agressões identificadas no sobrevôo, autuando e/ou instruindo o infrator, quando necessário. As informações dos danos verificados em terra são anotadas em relatório e posteriormente compiladas em um banco de dados. Após checagem, as planilhas de campo são novamente convertidas para o formato digital, por meio do software Excel e, finalmente, submetidas à conferência para os ajustes finais antes de gerarem gráficos, planilhas, tabelas e estatísticas.

As análises e correções efetuadas no banco de informações representam a quarta e última etapa metodológica realizada. Ao término dessas análises, os dados são disponibilizados para cada um dos parceiros, para ciência e sugestões.

Resultados obtidos em 2005 e 2006

Uma análise comparativa dos dois últimos anos de execução do Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento permite estimar que houve redução de alguns tipos de danos como, por exemplo, desmatamento e queimadas ilegais. Embora seja apenas uma estimativa, os dados 2005 e 2006 não devem ser comparados, já que a metodologia adotada foi diferente, tendo em 2006 sido empreendido o dobro dos esforços de amostragem que no ano anterior.

Em 2005, foram consumidas aproximadamente 45 horas de sobrevôos na identificação de 339 pontos de agressão divididos em sete categorias - desmatamento, queimada, mineração, cabrocagem, corte seletivo, carvoaria e outros. Entre estas, o desmatamento e as queimadas representaram juntas 60% do total (veja Quadro 1).

Quadro 1: Agressões identificadas em 2005

Categoria da agressão	Nº de pontos identificados	% em relação ao total
Desmatamento	114	33%
Queimadas	92	27%
Mineração	46	14%
Cabrocagem	30	9%
Corte seletivo	20	6%
Carvoarias	16	5%
Outros	21	6%
Totais	339	100%

Fonte: Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento do Estado do Espírito Santo/ PCE

Em 2006, em aproximadamente 80 horas de sobrevôos foram identificados 877 pontos de ocorrência de agressões segundo seis categorias de danos - desmatamento, queimada, mineração, corte seletivo, carvoaria e outros. Analisando a frequência relativa dos danos observa-se que a mineração foi responsável por 40% (353 pontos) do total de agressões, seguido do desmatamento (20%), com 176 registros (veja Quadro 2).

Quadro 2: Agressões identificadas em 2006

Categoria da agressão	Nº de pontos identificados	% em relação ao total
Mineração	353	40%
Desmatamento	176	20%
Carvoarias	138	16%
Queimadas	91	10%
Corte seletivo	14	2%
Outros	105	12%
Totais	877	100%

Fonte: Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento do Estado do Espírito Santo/ PCE

Conclusão: integração institucional e aprimoramento permanente

O Plano Integrado de Fiscalização e Monitoramento possui uma estratégia e uma metodologia onde a integração dos parceiros é fundamental para o sucesso das missões aéreas e terrestres. Cada instituição é responsável por uma demanda e possui sua função específica dentro do Plano, sendo indispensável para que tenha uma boa e eficaz execução. A metodologia está sendo revisada e aprimorada a cada ano, incorporando os acertos e identificando e corrigindo as falhas do ano anterior.

Por fim, recomenda-se também a capacitação constante das instituições envolvidas e a formação de um banco de dados georreferenciado integrando os dados comum às instituições, vinculado a um sistema de informações geográficas e que seja constantemente realimentado. A tabulação dos resultados num banco de dados permite avaliar os motivos e tipos mais comuns de danos de modo a atuar preventivamente, atacando as causas, em vez de agir somente após terem sido consumados.

¹ Biólogo, técnico especialista do Ministério do Meio Ambiente atuando na Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos no Espírito Santo e coordenador do Plano Integrado de Fiscalização. Contato: felipe.mello@mma.gov.br.

² Graduando em Geografia, estagiário do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), cedido à Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos no Espírito Santo. Contato: antonioojr@hotmail.com.

Referências Bibliográficas:

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS.. Síntese dos Encontros Regionais Realizados com os Municípios do Estado do Espírito Santo. Cariacica: 2005. 52p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1996. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 25/11/2006.



Reflexões sobre a gestão participativa na implementação do Projeto Corredores Ecológicos



Maria da Penha Padovan ¹
Clayton Ferreira Lino ²

Reflexões sobre a gestão participativa na implementação do Projeto Corredores Ecológicos

A ampliação da representação da sociedade civil no Comitê Gestor do Projeto no Estado do Espírito Santo criou a possibilidade de maior participação da sociedade civil em sua implementação; porém, esbarrou em dificuldades imprevistas, que exigem maior atenção de seus integrantes.

O modelo de gestão adotado no planejamento e implantação do Projeto Corredores Ecológicos tem caráter inovador e distinto do estabelecido para os demais projetos no âmbito das instituições públicas federais. O foco do Projeto é estabelecer a conectividade entre os remanescentes florestais visando maximizar as chances de conservação da biodiversidade e a manutenção das características culturais e sociais a longo prazo (Fonseca et al., 2004; Ricardo, 2006). Entre os princípios estratégicos do Projeto está a participação e a descentralização das decisões e ações (MMA, 2002). A Desta forma, na definição do arranjo institucional, considerou-se necessário um sistema de gestão que permitisse a efetiva participação dos diversos setores sociais como forma de garantir a viabilidade dos objetivos pretendidos.

As Reservas da Biosfera - áreas reconhecidas pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como de importância mundial para a conservação do patrimônio natural e cultural - abrangem cerca de um milhão e trezentos mil hectares dos diversos biomas brasileiros. Essas áreas incluem as unidades de conservação, consideradas como zonas núcleo, e os principais remanescentes florestais e áreas de interesse social e cultural - as zonas de amortecimento e de transição -, formando o maior corredor ecológico do país no bioma Mata Atlântica (RBMA, 2003).

A exemplo dos corredores ecológicos, as Reservas da Biosfera visam promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável a partir do estabelecimento de processos participativos e de caráter integrador. Considerou-se, então, que o sistema de gestão das Reservas da Biosfera - caracterizado pela atuação descentralizada através do Conselho Nacional, dos colegiados regionais, comitês estaduais e subcomitês e com o envolvimento de instituições governamentais e não-governamentais, de forma paritária - seria o mais próximo da necessidade de ampliar a participação social nas decisões relacionadas com o planejamento, a gestão e o acompanhamento da execução do Projeto.

O Comitê Gestor do Estado do Espírito Santo

O estado do Espírito Santo integra o Corredor Central da Mata Atlântica juntamente com parte do estado da Bahia - mais especificamente, a área ao sul do Recôncavo Baiano. A criação do Comitê da Reserva da Biosfera no Estado do Espírito Santo foi consequência de amplo processo de discussão que se estabeleceu para o tombamento dos remanescentes da Mata Atlântica como patrimônio natural e cultural, reconhecido pelo Conselho Estadual de Cultura em 1990.

O Comitê Estadual foi criado pelo Decreto nº 7058-E, de 29 de outubro de 1997, e tem entre seus objetivos: a) propor políticas e diretrizes para a implantação e o desenvolvimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; b) funcionar como facilitador para captação de recursos; c) otimizar a operacionalização entre os diferentes órgãos ligados direta ou indiretamente à questão da Reserva, integrando suas políticas e ações técnicas; d) estabelecer áreas-piloto para a implementação da Reserva.

A partir da definição de que os Comitês da Reserva da Biosfera em cada estado cumpririam também a função de comitê de gestão do Projeto Corredores Ecológicos, foi elaborado regulamento específico para este fim. O Decreto nº 1617-R/2004 alterou a composição do Comitê e incluiu representantes das comunidades indígenas, quilombolas, movimentos dos agricultores sem-terra e organizações sociais relacionadas à agricultura. Esta alteração ocorreu como resultado da ampla divulgação do Projeto, especialmente por meio da realização de oficinas participativas promovidas nas diversas regiões do estado, nas quais ficou evidenciada a necessidade de ampliar a participação de determinados setores sociais, especialmente aqueles relacionados com o meio rural (Projeto Corredores Ecológicos, 2005). Atualmente o Comitê está constituído, de forma paritária, por 22 organizações (veja quadro 1). Esse mesmo decreto estabeleceu, ainda, novas regras para a escolha da coordenação do Comitê, que passou a ser eleito entre seus membros, deixando de ser papel exclusivo do órgão ambiental estadual.

O Comitê constitui, portanto, um dos principais fóruns de discussão sobre o bioma Mata Atlântica no estado e tem como principal função a articulação interinstitucional, incluindo os órgãos governamentais em todas as suas instâncias de decisão e as organizações não-governamentais - ambientalistas, comunidade científica, moradores, setor empresarial e outras representações sociais - visando promover políticas públicas e estimular projetos voltados ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

A atuação do Comitê no processo de gestão participativa do Projeto Corredores Ecológicos, no entanto, tem suscitado reflexões sobre alguns aspectos de suma importância: a representatividade das organizações de modo geral; a representação dos atores sociais tradicionais; a dinâmica do projeto, cujo processo de decisão não tem sido possível compatibilizar com a agenda do Comitê, e as possibilidades de articulação de ações complementares e de ampliação da participação nas ações de conservação do bioma Mata Atlântica.

Principais desafios na gestão participativa do Projeto

A iniciativa de ampliar o número de entidades na composição do Comitê, visando aumentar a participação no processo de implementação do Projeto Corredores Ecológicos, foi positivo em sua essência. Porém, tem sido um problema na prática. A ideia de fortalecer e privilegiar o envolvimento da sociedade civil organizada nas deliberações do Projeto passou a demandar um esforço singular para garantir esta participação e a necessária representatividade nos processos decisórios.

Quadro 1: Composição do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo

Representantes governamentais	Representantes não-governamentais
Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)	instituto de ensino e pesquisa científica
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF)	organização social agrícola
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)	organização não-governamental ambientalista
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)	organização não-governamental ambientalista com atuação na área rural
Secretaria de Estado da Educação (SEDU)	empresários do setor industrial
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	empresários do setor agrícola
Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente (Anamma)	organização não-governamental com atuação em projetos de turismo sustentável
Companhia de Polícia Ambiental	comitês de bacias hidrográficas
Conselho Estadual de Cultura (CEC)	setor pesqueiro
Instituto Estadual de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas)
Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves (IJSN)	Movimento dos Sem Terra (MST)/ Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

A atuação das organizações sociais durante os processos de discussão do Projeto no âmbito regional e municipal não resultou em aumento da participação nas reuniões ordinárias e periódicas do Comitê, que ocorrem na capital Vitória, onde são tomadas as decisões em relação ao Projeto. Existem dificuldades operacionais, especialmente por parte dos representantes das comunidades tradicionais, que impossibilitam sua participação de forma continuada. Nesse sentido, o próprio Projeto Corredores Ecológicos disponibilizou apoio logístico para garantir a presença de suas representações, deparando-se, porém, com limitações estruturais e falta de disponibilidade de pessoal para atender a mais essa demanda.

Tais dificuldades são identificadas também em outros fóruns de deliberação. Para Viana (1998), as dificuldades estão na própria prática dos processos participativos, enquanto para Rueda (1998) um dos fatores limitantes da participação efetiva nos processos deliberativos está na falta de capacitação sobre gestão participativa por parte dos representantes sociais nos colegiados.

Visando promover esta capacitação, o Comitê promoveu em 2006 um seminário estadual, no qual definiu também o seu Plano de Ação. Todavia, apesar das mobilizações feitas durante a fase preparatória, não se conseguiu a participação esperada dos representantes sociais.

A falta de participação das organizações não-governamentais só não tem prejudicado as deliberações do Projeto devido à efetiva atuação dos representantes dos órgãos governamentais. Mesmo assim, essa permanece como um fator preocupante, exigindo um esforço de mobilização constante para que as funções de deliberação e gestão do Projeto realmente sejam cumpridas.

Outro aspecto a ser considerado é a dificuldade de acompanhamento da dinâmica do Projeto pelo Comitê, já que algumas decisões precisaram ser tomadas a curto prazo para garantir sua execução. Isso ocorreu especialmente na Fase I, etapa de planejamento das ações visando a implantação dos corredores. Nessas ocasiões, quando houve necessidade de alterar deliberações das reuniões nos processos de negociação do Projeto com os doadores, ocorreu constrangimento para os representantes e frustração para os membros do Comitê Gestor. Visando facilitar o acompanhamento da Fase II, de implantação do Projeto, estabeleceu-se que os executores farão apresentações periódicas sobre o desenvolvimento das atividades aos membros do Comitê, de forma a permitir não apenas o monitoramento do encaminhamento das ações, mas também uma reflexão sobre os rumos do Projeto.

No processo de gestão do Projeto Corredores Ecológicos, o papel fundamental do Comitê da Reserva da Biosfera - de servir como fórum de articulação interinstitucional voltado para a promoção de políticas públicas, e de estimular projetos voltados ao conhecimento, conservação e desenvolvimento sustentável - vem ganhando força. A dinâmica que o Projeto emprestou ao Comitê tem facilitado a integração de políticas setoriais e a promoção de ações integradas visando a conservação e a gestão participativa em outros níveis (MMA, 2006).

34

Este modelo de gestão, que conta com um fórum permanente para a tomada de decisões de forma participativa e para a descentralização da execução das ações do Projeto, vem se consolidando como um instrumento fundamental para a garantia de continuidade do processo de implementação não apenas deste, mas de outros projetos convergentes.



¹ Coordenadora do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Espírito Santo e representante do Instituto de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Contato: padovan@incaper.es.gov.br

² Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Contato: claytoncnrbma@uol.com.br

Referências Bibliográficas:

FONSECA, G. A. B.; ALGER, K.; PINTO, L. P.; ARAÚJO, M.; CAVALCANTI, R. Corredores de Biodiversidade: O Corredor Central da Mata Atlântica. In: ARRUDA, M. B.; NOGUEIRA DE SÁ, L. F. (orgs.) *Corredores Ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil*. Ibama, 2004. p. 47- 65.

LINO, C. F. O papel dos Comitês Estaduais na Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Disponível em <http://www.rbma.org.br>, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Corredores Ecológicos. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. MMA/PPG7, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. MMA, Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica. Brasília, 2006. 46 p.

PROJETOS CORREDORES ECOLÓGICOS. Corredores ecológicos: conectando pessoas e florestas: Síntese dos encontros regionais realizados com os municípios do Estado do Espírito Santo. Cariacica, 2005. 52 p.

RBMA. Caderno planejamento estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Conselho Nacional RBMA, 2003.

RICARDO, M. M. Corredores ecológicos: A prática do planejamento. In: Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos. ARRUDA, M. B. (org.). MMA/ Ibama, 2006. p.73-83.

RUEDA, R. P. Gestão Participativa nas Reservas Extrativistas. In: *Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação - anais*. Fundação Biodiversitas, 1998. p. 121-133.

VIANA, V. M. Lições do Processo de Planejamento Participativo. In: *Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação - anais*. Fundação Biodiversitas, 1998. p.117-121.

Turismo sustentável nos corredores ecológicos do estado do Espírito Santo



Jayme Henrique Pacheco Henriques¹
Évie Ferreira Costa Negro²

Turismo sustentável nos corredores ecológicos do estado do Espírito Santo

Experiência em curso no Corredor Central da Mata Atlântica demonstra como o ecoturismo pode contribuir para solucionar questões relativas à gestão de UCs, como a participação social e o incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais e culturais em regiões prioritárias para a conservação.

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) é composto por uma parte terrestre e outra marinha que alcança até o limite da plataforma continental. Esse território engloba grande diversidade de ecossistemas, paisagens e culturas, além de uma considerável quantidade de áreas protegidas, em especial unidades de conservação (UCs).

A promoção de atividades sustentáveis, como a agricultura ecológica, os sistemas agroflorestais e o turismo sustentável, está entre as estratégias propostas pelo Projeto Corredores Ecológicos desde sua concepção. O estímulo a essas atividades também apareceu como demanda nas oficinas de planejamento participativo, realizadas nos dez corredores ecológicos definidos como prioritários no Espírito Santo, estado que está integralmente contido no CCMA. Coerente com essas posições, o turismo sustentável - principalmente nas modalidades de ecoturismo e turismo de aventura, agroturismo e turismo rural, e turismo científico e pedagógico - vem sendo promovido em todo o estado, em especial nos dez corredores ecológicos e no entorno das UCs.

O apoio, financiamento e desenvolvimento de atividades em UCs possui uma linha específica dentro do Projeto devido à sua importância estratégica para a consolidação dos corredores ecológicos. Na linha Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação se enquadram ações de fiscalização, implantação de infra-estrutura, elaboração de planos de manejo, formação de conselhos gestores e outras demandas provenientes dos órgãos de gestão.

Planejar, desenvolver e fortalecer o ecoturismo e o turismo sustentável pode e já demonstra ser uma estratégia efetiva para a consolidação de UCs, a formação de corredores ecológicos e a conservação do meio ambiente. O ecoturismo e as tipologias afins - como o agroturismo e o turismo de aventura -, quando bem estruturadas, geram baixo impacto ambiental e ainda contribuem para a geração de renda para as populações locais, além de fortalecer a identidade cultural de comunidades tradicionais, em especial as residentes no entorno de UCs. Além disso, o ecoturismo e o turismo sustentável são importantes instrumentos de educação e interpretação ambiental, pois sensibilizam e difundem conceitos de conservação da biodiversidade e de sustentabilidade econômica para visitantes e moradores das regiões beneficiadas.

A estratégia de promoção do turismo sustentável desenvolvida pelo Projeto Corredores Ecológicos e parceiros já vem apresentando resultados e contribuindo para a consolidação de corredores ecológicos, sendo um primeiro passo para efetivar a sustentabilidade das UCs. O caráter inovador da proposta baseia-se na premissa da



participação dos envolvidos em todas as etapas das atividades relacionadas ao ecoturismo, como interpretação de trilhas, cursos de capacitação, criação de roteiros e elaboração da política estadual de ecoturismo.

Ressalte-se, ainda, a importância da interação conhecimento científico e etnoconhecimento, que é realizada através de um processo permanente de planejamento participativo, baseado nas metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Os diagnósticos participativos contribuíram para o conhecimento, apropriação e análise da realidade local, de acordo com a percepção de cada ator envolvido, sem que prevalecesse a opinião da equipe técnica do Projeto. Assim, a metodologia adotada possibilitou a identificação, em oficinas e reuniões, das questões relacionadas às necessidades dos atores e parceiros nas UCs, em seus entornos e nas áreas intersticiais dos corredores prioritários no Espírito Santo.

As atividades desenvolvidas por técnicos especializados do Projeto Corredores Ecológicos em parceria com o Instituto Capixaba de Ecoturismo (ICE), têm por objetivo suprir ou minimizar as necessidades recreativas, educativas e estruturais de instituições públicas e privadas, comunidades locais e das próprias UCs, de maneira que os ambientes possam ser conservados e possibilitem aos visitantes e moradores o acesso à informação, oportunidades e segurança.

38



Quadro 1: Contribuições do ecoturismo e do turismo sustentável para os corredores ecológicos

- Geração de renda para as comunidades locais;
- Fortalecimento da identidade cultural e da auto-estima das populações locais e tradicionais;
- Manutenção de espaços naturais e de UCs preservados;
- Incentivo ao comércio de produtos ambientalmente sustentáveis, como artesanatos, comidas típicas e produtos orgânicos;
- Sensibilização de visitantes e moradores sobre as questões ambientais;
- Fortalecimento da relação ser humano-natureza.

Estratégia e resultados do Projeto no Espírito Santo

O desenvolvimento da estratégia de ecoturismo e o incremento do uso público em UCs estão sendo desenvolvidos de acordo com a metodologia participativa do Projeto Corredores Ecológicos e com as políticas públicas de turismo do Brasil e do Espírito Santo. Os métodos definidos e utilizados são essencialmente:

- Reuniões e oficinas participativas;
- Palestras e cursos de capacitação e qualificação nas áreas de ecoturismo e turismo sustentável;
- Participação em feiras e eventos relacionados ao tema;
- Realização de fóruns temáticos e de discussão;
- Elaboração de uma política pública de ecoturismo para o estado do Espírito Santo.

Dentre os resultados alcançados com a implantação dessa estratégia de turismo sustentável destacam-se os cursos de condutor e monitor em ecoturismo. Desde 2003, foram realizados cinco cursos básicos com duração de 80 horas cada. Foram capacitados cerca de 150 condutores das localidades de Regência (Reserva Biológica de Comboios), Linhares (Floresta Nacional de Goitacazes), Dores do Rio Preto (Parque Nacional do Caparaó), Cachoeiro de Itapemirim (Floresta Nacional de Pacotuba e Reserva Particular do Patrimônio Natural do Cafundó) e Conceição da Barra (Parque Estadual de Itaúnas). Os cursos foram realizados em parceria com o ICE, Ibama, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e instituições locais, como Projeto Tamar e Consórcio do Caparaó, além das prefeituras dos municípios abrangidos.

Além da questão da condução ecoturística, os cursos trabalharam também a formação de “agentes ambientais”, proporcionando aumento da auto-estima e da cidadania dos participantes, o que gerou desdobramentos como a formação de associações e a

formatação de roteiros - caso do grupo de condutores quilombolas de Monte Alegre, inseridos no corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó, em Cachoeiro de Itapemirim. Após a realização do curso, os participantes se organizaram e criaram o grupo de ecoturismo e meio ambiente Bicho do Mato. Desde então, o grupo vem desenvolvendo um trabalho de recepção a visitantes, principalmente de escolas e universidades, que inclui condução em trilhas interpretativas e atividades culturais ligadas à sua condição de afro-descendentes, com apresentação de músicas, danças, artesanatos e gastronomia típicas.

Como consequência desse processo, vinte integrantes do grupo obtiveram bolsas de estudos para os cursos de turismo, história e pedagogia em uma faculdade particular, o que vem contribuindo cada vez mais para a estruturação, melhoria e diversificação dos serviços e atividades.

Eventos temáticos ecoturísticos apoiados e realizados

A permanente necessidade de capacitação e qualificação dos atores envolvidos também vem sendo trabalhada pelo Projeto Corredores Ecológicos. Isso ocorre principalmente por meio do incentivo à troca e à difusão de conhecimento e experiências entre os atores envolvidos. Nesse contexto, o Projeto Corredores Ecológicos, com o apoio do IEMA, da Secretaria Estadual de Turismo e do ICE, tem feito um papel pioneiro e estratégico na realização de eventos e construção de parcerias na área de ecoturismo, destacando-se a realização e participação nos seguintes eventos:

- I, II e III Fórum Capixaba de Ecoturismo e Turismo Sustentável;
- I Workshop Capixaba de Ecoturismo e Turismo Sustentável;
- Salão do Ecoturismo e do Turismo de Aventura na Expotur, maior evento de turismo no Espírito Santo;
- Workshop de Licenciamento e Empreendimentos Turísticos;
- Expedições técnico-recreativas no Ribeirão Floresta (Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó) e na Pedra da Botelha (Corredor Córrego do Veado);
- Expedição e gravação do documentário "Triz: Pólos de Ecoturismo e Aventura do Brasil".

40

Conclusões da experiência no Espírito Santo

A experiência em curso no Espírito Santo, no âmbito do Corredor Central da Mata Atlântica, vem demonstrando que o ecoturismo pode ser uma importante alternativa para enfrentar questões relacionadas à gestão de UCs, à participação social e ao uso sustentável dos recursos naturais e culturais em regiões prioritárias para a conservação. As áreas de corredores ecológicos do estado são hoje uma interessante e viável unidade de planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável, permitindo trabalhar atividades de fiscalização, estruturação e gestão participativa e descentralizada das UCs existentes.

Os diagnósticos participativos podem ser utilizados como alternativa para propiciar mudanças da realidade socioambiental e econômica, pelo seu poder de mobilização e envolvimento dos participantes com as questões apresentadas (Projeto Doces Matas, 2002). Os resultados apresentados nos indicam ser uma metodologia acertada e positiva para construção e promoção do ecoturismo e tipologias afins, principalmente em regiões semelhantes aos corredores ecológicos prioritários e às UCs.

O mais relevante a ser destacado é que os resultados alcançados e as atividades em desenvolvimento só foram possíveis por causa, principalmente, do envolvimento e co-responsabilidade de alguns atores comunitários. Essa participação, somada ao conhecimento técnico adequado e a um pequeno investimento financeiro e estrutural, têm garantido minimamente o espaço político-institucional para a implementação e o desenvolvimento do conjunto de ações inerentes a esse Projeto.

¹ Turismólogo, técnico em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Projeto Corredores Ecológicos. Contato: aventur@uol.com.br.

² Jornalista, técnica em Meio Ambiente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Projeto Corredores Ecológicos. Contato: enegro@iema.es.gov.br.

Referências Bibliográficas:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Gestão participativa do SNUC. Brasília: MMA, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: MMA, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; PPG7. Projeto Corredores Ecológicos. Brasília: MMA; PPG7, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Brasília: MMA, 2006.

IEF; IBAMA. Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação. Projeto Doces Matas. Belo Horizonte: GTZ, 2002.

GTZ. Brincando e Aprendendo com a Mata. Salvador: GTZ, 2000.

GTZ. Manual de Interpretação Ambiental. Projeto Doces Matas. Belo Horizonte: GTZ, 2001.

O Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia - Geobahia



Margareth P. Maia ¹
Joseval Souza de Almeida ²
Fábio da Silva Costa ³
Getúlio Beanes da S. Santos Júnior ⁴
Antônio Sérgio Mendes ⁵
Rosa Sílvia C. K. Rodrigues ⁶

O Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia - Geobahia

Parceria firmada em 2005 resultou na criação de um grande banco de dados georreferenciados que sistematiza e integra informações ambientais e socioeconômicas do território baiano, possibilitando análises que embasam a gestão ambiental e a tomada de decisão pelo poder público.

A diversidade de biomas e ecossistemas existentes na Bahia e a necessidade de promover o crescimento econômico e social em consonância com a conservação ambiental demandam o uso de novos instrumentos e alternativas tecnológicas. Considerando que as necessidades de ações de planejamento e controle ambiental pelos agentes públicos são crescentes, a aplicação de geotecnologias em meio ambiente surge como um suporte à tomada de decisão.

Em todo o Brasil são inúmeros os trabalhos que envolvem a aplicação de geotecnologias nos mais variados estudos ambientais e ecológicos e na gestão ambiental de áreas protegidas, sendo estes mencionados por autores como Mattos (2002), Viecili & Pompêo (2002), Périco et al. (2002), Pivello et al. (1999), Antunes et al. (2002), Oliveira (2002), Lang (1998), Stellfeld (2002), Castro et al. (2002) e Hasenack et al. (2001). O Centro de Recursos Ambientais (CRA), autarquia da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e o Núcleo Mata Atlântica (Numa), do Ministério Público do Estado da Bahia, entendem que as geotecnologias são um importante recurso para o planejamento, a análise e o monitoramento das dinâmicas espaciais e temporais relativas às interferências antrópicas no estado.

Neste contexto, uma parceria firmada em 2005 entre o CRA e o Numa resultou na criação do Geobahia, um grande banco de dados georreferenciados que tem por objetivo sistematizar e integrar informações ambientais e sócio-econômicas do território baiano, possibilitando análises que dão suporte à gestão ambiental e à tomada de decisão.

O Geobahia possui um forte enfoque sobre o bioma Mata Atlântica, em especial na área de atuação do Projeto Corredores Ecológicos na estado da Bahia. Assim, deverá abrigar os principais resultados, dados de mapeamento e de implementação de minicorredores, bem como informações geradas pelo Projeto Corredores Ecológicos, disponibilizando-os na internet a partir do Portal SEIA, no endereço <http://www.cra.ba.gov.br>.

O sistema visa também: a) fornecer informações atualizadas sobre os ecossistemas, biomas e a biodiversidade do estado; b) referenciar geograficamente atividades e empreendimentos econômicos passíveis de impacto ambiental; c) georreferenciar autos de infração e restrições legais de uso e ocupação do solo, considerando áreas de preservação permanente, reservas legais, unidades de conservação; d) integrar informações geográficas das instituições estaduais e federais que têm atuação ambiental - CRA, Ministério Público, Ibama, Semarh, Superintendência de

Desenvolvimento Florestal, Biodiversidade e Unidades de Conservação (SFC), Superintendência de Recursos Hídricos (SRH); e) referenciar geograficamente os resultados e ações do Projeto Corredores Ecológicos na Bahia, além de outros projetos socioambientais que o CRA está envolvida ou coordenando; f) implementar indicadores socioambientais georreferenciados.

Funcionamento e aplicações do Sistema

A incorporação de geotecnologias à rotina do CRA permitirá mapear a estrutura, a composição e a dinâmica dos fatores que integram e alteram a paisagem, contribuindo para a realização de atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambientais mais eficazes. Algumas contribuições resultantes da aplicação de geotecnologias podem ser evidenciadas em suas três principais linhas de atuação:

- Licenciamento ambiental:** a produção de mapas de restrições ambientais dos ecossistemas permite avaliar a compatibilidade entre os empreendimentos, objeto de licença ambiental, e a vocação natural das unidades territoriais - por exemplo, bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, áreas focais do Projeto Corredores Ecológicos, áreas prioritárias para a conservação identificadas no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), do Ministério do Meio Ambiente - onde estes pretendem ser implantados. A análise desses dados tem potencial para nortear a tomada de decisão, direcionando também a proposição de condicionantes à realidade ambiental do empreendimento;
- Fiscalização ambiental:** a identificação e o mapeamento de áreas sujeitas a uma maior pressão antrópica, a compatibilidade do uso e ocupação atual do solo com a legislação ambiental e os impactos ambientais registrados fornecem informações relevantes para o planejamento de operações integradas de fiscalização, reduzindo seus custos e otimizando seus resultados;
- Monitoramento ambiental:** a análise integrada dos ecossistemas e do uso e ocupação do solo pode indicar os ativos ambientais que devem ser monitorados, os parâmetros que devem ser avaliados, os indicadores socioambientais que devem ser implementados e as estratégias mais adequadas à execução do monitoramento ambiental.



A versão atual do Geobahia contempla diversos temas e informações georreferenciados, categorizados segundo regiões específicas do estado - Litoral Norte, Baía de Todos os Santos, Litoral Sul, Bacia do Paraguaçu. Os temas são os seguintes:

- bacias e sub-bacias hidrográficas, rede hidrográfica;
- divisão e sedes municipais;
- sistema viário;
- abrangência do Núcleo Mata Atlântica;
- unidades de conservação estaduais e federais
- áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade
- áreas focais do Projeto Corredores Ecológicos;
- imagens de satélites e fotografias aéreas;
- autos de infração e licenciamentos do CRA;
- procedimentos do Núcleo Mata Atlântica;
- fazendas de camarão (Bahiapesca);
- restrições ambientais, batimetria, áreas de preservação permanente, ecossistemas, campos de petróleo (Subcomponente Gerenciamento Costeiro do Programa Nacional do Meio Ambiente II, do Ministério do Meio Ambiente);
- plantios de eucalipto e áreas de reserva legal;
- áreas de assentamento do Incra;
- espécies ameaçadas e endêmicas do sul do estado, segundo estudos do IESB e Conservação Internacional.

O Sistema possui várias ferramentas e funcionalidades que permitem, por exemplo, medir a distância entre dois pontos; obter informações textuais sobre áreas específicas dos mapas; gerar pontos, linhas e polígonos em qualquer região do estado e imprimir mapas; consultar informações de processos de licenciamento e autos de infração do CRA e procedimentos do Numa; consultar informações por bacias hidrográficas e municípios de qualquer região do estado, entre outros.

¹ Msc. Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, responsável pela Coordenação de Informações Ambientais do Centro de Recursos Ambientais (CRA).

² Geólogo, técnico da Coordenação de Informações Ambientais do Centro de Recursos Ambientais (CRA).

³ Analista de sistemas, responsável pela Coordenação de Tecnologia da Informação do Centro de Recursos Ambientais (CRA).

⁴ Analista de sistemas, técnico da Coordenação de Tecnologia da Informação do Centro de Recursos Ambientais (CRA).

⁵ Promotor, coordenador do Núcleo Mata Atlântica (Numa) do Ministério Público do Estado da Bahia

⁶ Engenheira civil do Núcleo Mata Atlântica (Numa) do Ministério Público do Estado da Bahia.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, A. F.; MULLER, M. V., PYE, J. Uso de imagens Landsat TM5 para mapeamento digital na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Disponível em: <<http://www.cieg.ufpr.br/projetos/quara/guaran.html>>. Acesso em 12/11/2002.

CASTRO, R. R. DE OLIVEIRA; DA COSTA, S. M. F.; MORELLI, A. F. Relações entre o processo de urbanização e a degradação da Microbacia do Ribeirão Cambuí-Putins em São José dos Campos- SP, utilizando-se dados e técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. Universidade do Vale do Paraíba/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.univap.br>>. Acesso em 12/02/2002.

HASENACK, H.; WEBER, E.; VALDAMERI, R. Análise de vulnerabilidade de um parque urbano através de módulos de apoio à decisão em sistemas de informação geográfica. Porto Alegre: UFRGS - Centro de Ecologia/ Centro de Recursos IDRISI. Disponível em <<http://www.cieg.ufpr.br/>>. Acesso em 12/10/2001.

LANG, L. Managing Natural Resources with GIS. Redelands: Environmental Systems Research Institute Inc., 1998. 119 p

MATTOS, C. Contribuição ao planejamento e gestão da APA Municipal de Campinas, SP. Disponível em <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/apasj/index.html>>. Acesso em 11/10/2002.

OLIVEIRA, H. H. DE. Proposta de criação e caracterização da Área de Proteção Ambiental de Descalvado, SP. Disponível em <<http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/apadesc/index.html>>. Acesso em 12/11/2002.

PÉRICO, E.; REMPEL, C.; ECKHARDT, R. R.; CEMIN, G. Determinação de possíveis áreas de proteção ambiental na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta - RS, utilizando métodos de sensoriamento remoto. Disponível em <<http://www.univates.br/sections.php>>. Acesso em 11/10/2002.

46

PIVELLO, V. R.; BITENCOURT, M. D.; MESQUITA JUNIOR, H.; NAVARRO DE, BATALHA, M. A. Banco de dados em SIG para ecologia aplicada: exemplo do Cerrado Pé-de-Gigante, SP. Caderno de Informações Georreferenciadas, v. 1, n. 3, art. 4, 1999. Disponível em <<http://orion.cpa.unicamp.br/revista/cigv1n3a4.html>>. Acesso em 25/05/2002.

STELLFELD, M. C. Sistema de informações geográficas aplicado ao ecoturismo na Chapada dos Veadeiros. Brasília: Instituto de Geociências/Universidade de Brasília. Disponível em <<http://www.unb.br/ig/posg/mest/mest162.htm>>. Acesso em 28/10/2002.

VIECILI, F. L.; POMPÊO, C. A. Elaboração de bases cartográficas em meio digital para o manejo de áreas de proteção ambiental. Disponível em <http://www.aguabolivia.org/situacionaguaX/IIIEncAguas/contenido/trabajos_rojo/TC-081.html>. Acesso em 11/10/2002

A importância das reservas privadas na implementação de corredores ecológicos



Marcia Regina Lederman ¹

A importância das reservas privadas na implementação de corredores ecológicos

Políticas públicas de conservação devem agregar à sua estratégia as terras privadas, transformando-as em um dos pilares das ações de implementação de corredores ecológicos.

Corredores Ecológicos são entendidos como unidades de planejamento nas quais se considera o manejo dinâmico da paisagem a partir da ampliação da fronteira de análise, o que permite que as necessidades da biodiversidade sejam examinadas em maior escala e que sejam desenvolvidas estratégias conjuntas para as áreas protegidas e para os espaços não protegidos. A conectividade tem como meta proporcionar vias de intercâmbio e incremento das possibilidades de movimento dos indivíduos pertencentes a populações que se encontrem, em maior ou menor grau, isoladas. Visa, em síntese, a manutenção da cobertura florestal natural.

Entre os principais benefícios da formação de corredores ecológicos, podem ser enfatizados os seguintes:

- contribuir para a efetiva conservação da diversidade biológica, adotando técnicas da biologia da conservação e estratégias de planejamento e gestão socioambiental de forma compartilhada e participativa;
- redução da fragmentação e manutenção da cobertura vegetal para a conectividade da paisagem, facilitando o fluxo genético entre as populações;
- introdução de estratégias mais adequadas de uso da terra;
- conservação ambiental por meio de planejamento e ação participativa e descentralizada;
- promoção de mudança de comportamento dos atores sociais implicados;
- criação de oportunidades de negócios e de incentivo a atividades que promovem a conservação dos atributos naturais, agregando o viés ambiental a projetos de desenvolvimento.

48

As estratégias utilizadas para a formação de corredores ecológicos estão focadas na criação de áreas protegidas públicas em áreas-chave na região do corredor, na implementação das áreas protegidas já existentes e no manejo de áreas localizadas entre as áreas protegidas. Deve-se prever a restauração de ambientes degradados em áreas de interesse para a promoção da conectividade, de preferência em consonância com os desejos das comunidades locais. A participação da sociedade deve contemplar a variedade de atores e grupos de interesse setorialmente organizados. Nesse sentido, devem ser apoiados os proprietários privados que tenham interesse em destinar suas terras, total ou parcialmente, para o estabelecimento de reservas privadas, colaborando para a formação de corredores.

Os corredores da Mata Atlântica e da Amazônia

O Projeto Corredores Ecológicos identificou sete corredores principais, sendo cinco na Amazônia e dois na Mata Atlântica. Neste bioma foi selecionado e está sendo implementado o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), que abriga áreas

prioritárias para a conservação da biodiversidade. Dentro de seus limites existem 77 unidades de conservação - 23 de proteção integral, 22 de uso sustentável e 32 reservas privadas - e 14 terras indígenas, onde somente 3% de sua cobertura vegetal estão sob alguma proteção. As 32 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) protegem cerca de 10 mil hectares - dado de junho 2006- e há várias outras em processo de criação.

O processo de ocupação desordenada das terras e a exploração indevida dos recursos naturais levaram a uma drástica redução da cobertura vegetal da Mata Atlântica. Suas formações vegetais e ecossistemas associados cobriam originalmente uma área total de 1,23 milhão de quilômetros quadrados, correspondendo à cerca de 16% do território brasileiro, distribuídos integral ou parcialmente por 17 Estados. Hoje, restam 7% de sua cobertura vegetal original.

Atualmente, a região abriga uma população de mais de 100 milhões de habitantes, concentrados em grandes aglomerados urbanos e dependentes dos recursos naturais da Mata Atlântica para sua sobrevivência. As ameaças atuais não recaem somente sobre o patrimônio natural, mas também sobre um valioso legado histórico constituído por diversas comunidades tradicionais - parte importante da identidade cultural do país -, que convivem com os maiores pólos industriais e silviculturais do Brasil.

Por seu lado, o Corredor Central da Amazônia (CCA) abriga a Reserva da Biosfera da Amazônia Central, ainda não implementada, e mais quatro sítios naturais do patrimônio da humanidade - Parque Nacional do Jaú, Estação Ecológica de Anavilhanas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amanã -, o que reforça a relevância mundial dessa região e a urgência de ações concretas de conservação e desenvolvimento sustentável.

Sua área está composta, ainda, por 53 unidades de conservação, que somam 13,4 milhões de hectares, correspondendo a 27,63% do território do Corredor. São 12 unidades federais, 13 unidades estaduais, 15 unidades municipais e 13 reservas particulares (RPPNs). Em seus limites existem 65 terras indígenas que somam 11.777.939 hectares, representando 28,29% do CCA. No total, 46% do seu território estão protegidos. O CCA engloba 33 dos 62 municípios amazonenses.

49

Reservas particulares como parte da estratégia de conservação

A adoção de ações que fortaleçam a conservação em terras privadas e o reconhecimento das RPPNs são medidas eficazes para a consolidação dos corredores ecológicos, pois garantem a inserção de fragmentos isolados num planejamento territorial de conservação e desenvolvimento sustentável.

As RPPNs têm importância não só pelo papel complementar que exercem no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas também pela proteção da diversidade biológica, pela conexão entre remanescentes e por seu valor paisagístico. De caráter perpétuo, a criação das RPPNs é motivada pela vontade de cada proprietário, sendo ele mesmo o gestor do espaço destinado à conservação, o que reduz a responsabilidade do Estado e contribui para o fortalecimento das relações público-privado na implementação do sistema.

¹ Bióloga, técnica da GTZ (Agência de Cooperação Técnica Alemã). Contato: marcialederman@yahoo.com.br

Referências Bibliográficas:

AYRES, J. M.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; Queiroz, H. L.; PINTO, L. P. S.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. *Abordagens Inovadoras para Conservação da Biodiversidade no Brasil: Os Corredores das Florestas Neotropicais*. Versão 3.0. Brasília: MMA/ PPG7; Ibama, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Decreto Estadual no 1.633-R, de 10 de fevereiro de 2006. *Reconhece as Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPN estadual - como unidade de conservação da natureza, estabelece critérios e procedimentos administrativos para a sua criação, estímulos e incentivos para a sua implementação, institui o Programa Estadual de RPPNs e determina outras providências*. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2006.

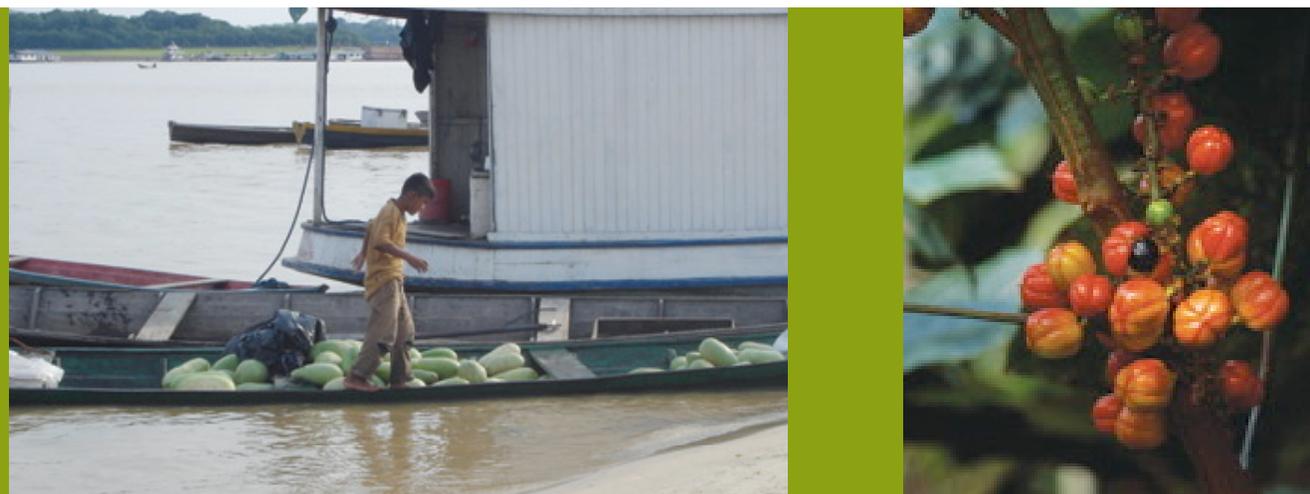
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto Corredores Ecológicos: Relatório semestral do projeto (15 de setembro a 14 de março de 2005). MMA, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Corredor Central da Mata Atlântica: *uma nova escala de conservação da biodiversidade*. MMA, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica, 2006. 46 p.

UCE-ES/ PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS. *Corredores Ecológicos: Conectando pessoas e florestas. Síntese dos encontros regionais realizados com os municípios do Estado do Espírito Santo*. UCE-ES, 2005. 52 páginas.



Os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e o Corredor Central da Amazônia



Fabio Vaz R. de Almeida ¹
Cassio Noronha I. de Sousa ²
Sérgio Pedreira P. de Sá ³
Maira Smith ⁴
Roselis Remor de S. Mazurek ⁵

Os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e o Corredor Central da Amazônia

Por meio de nove projetos apoiados pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, povos indígenas da bacia do rio Solimões estão contribuindo para a conservação da diversidade biológica do Corredor Central da Amazônia.

Os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) compõem um programa do governo brasileiro que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia Legal, fortalecendo sua sustentabilidade econômica, social e cultural em consonância com a conservação dos recursos naturais de seus territórios. Trata-se de um componente do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

O programa tem duas frentes principais de atuação, ou componentes: o apoio a projetos no nível local em três áreas temáticas - proteção das terras indígenas, atividades econômicas sustentáveis, resgate e valorização cultural - e o apoio ao fortalecimento institucional e à capacitação para gestão do movimento indígena. Ambas contam com a cooperação financeira e técnica do governo alemão, por meio do KfW e da GTZ.

No âmbito do Corredor Central da Amazônia (CCA) do Projeto Corredores Ecológicos, o PDPI é o responsável pelas ações de seu Componente Indígena, sendo que todas as regras para seleção e aprovação dos projetos permanecem as mesmas utilizadas para seleção e aprovação das demais propostas para a Amazônia. Estão disponíveis cerca de três milhões de euros para comunidades e associações indígenas desta área geográfica, dos quais cerca de um milhão de reais já está comprometido com projetos já implementados ou em fase de implementação.

A partir de uma análise das fragilidades das organizações indígenas da região - na verdade, iguais àquelas das demais organizações da Amazônia -, foi decidida a criação de dois núcleos regionais na área de abrangência do CCA com o objetivo de ampliar a possibilidade de acesso ao financiamento disponível para os próximos quatro anos. Esses núcleos terão como função elaborar e acompanhar os projetos, com treinamento em serviço de funcionários das organizações indígenas locais.

Até o momento, nove projetos foram aprovados para a área do CCA, dois dos quais ainda não iniciados por terem sido aprovados no início de 2007. Seis desses nove projetos estão localizados no Alto Solimões, onde a maior parte dos indígenas pertence à etnia Ticuna. Estes projetos se encontram divididos entre quatro dos cinco municípios da região. Os dois projetos ainda não iniciados e um já iniciado estão localizados no Médio Solimões, o que demonstra que o esforço recente de estimular iniciativas naquela parte da bacia hidrográfica começa a ter sucesso.

Em termos temáticos, os projetos apoiados pelo PDPI contribuem para o esforço de conexão das áreas do CCA de diferentes maneiras. Dois deles promovem a proteção das terras indígenas, três contribuem por meio da valorização cultural e três outros, por meio de atividades econômicas sustentáveis, que garantem uma exploração não-predatória do território. Há ainda um último projeto que une, por meio do artesanato, a valorização da cultura indígena com a atividade econômica sustentável.

O desafio do PDPI, no caso da implementação dos projetos na área do CCA, é não apenas propiciar a gestão ambiental destas terras, de modo a melhorar também a qualidade de vida das populações que ali habitam, mas fazê-lo de forma integrada à concepção de corredor ecológico.

Apresentamos, a seguir, um resumo dos projetos apoiados.

Projeto: Índios Ticuna cuidando de suas terras

Proponente: Organização da Comunidade Indígena de Feijoal (OCIF)

Beneficiário: etnia Ticuna

Comunidades: Feijoal, Cidade Nova, Nova Canaã, Porto Alegre e Deus Ajude

Localização: Terra Indígena Tikuna de Feijoal

Município: Benjamin Constant (AM)

Área temática: proteção do território

Duração prevista: 27 meses

Valor do projeto: R\$ 144.965,52

Sumário: Através de cursos de capacitação, reuniões de conscientização das comunidades vizinhas, visitas ao limite da Terra Indígena Tikuna de Feijoal e limpeza desses limites, os moradores da aldeia de Feijoal pretendem impedir a invasão de sua terra, o que lhes proporcionaria uma melhor qualidade de vida. Contam com o apoio da Funai de Tabatinga e do Ibama local.



Projeto: Mulheres Ticuna tecem sua história com a matéria-prima

Proponente: Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT)

Beneficiário: etnia Ticuna

Comunidades: Filadélfia, Porto Cordeirinho, Nova Vida, Enepu, Otawari, Nova Jerusalém, Ribeiro, Vendaval, Campo Alegre, Boa Vista, Betânia, São Luis

Localização: Terras Indígenas Betânia, Évare I, Évare II, Lauro Sodré, Porto Espiritual, Santo Antonio.

Municípios: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá (AM)

Área temática: atividades econômicas sustentáveis

Duração prevista: 18 meses (encerrado)

Valor do projeto: R\$ 144.508,54

Sumário: O objetivo principal do projeto é a valorização e comercialização de artesanato Ticuna. O projeto prevê acompanhamento técnico do manejo sustentável da palmeira do tucum, matéria-prima largamente utilizada no artesanato dessa etnia. Esse

apoio foi iniciado em projeto desenvolvido pelo Conselho Geral das Tribos Ticuna (CGTT), com apoio do PDA. Contempla a valorização comercial dos produtos agrícolas Ticuna, analisando os mercados local e regional para os produtos de suas capoeiras. Em termos de gestão, o projeto propiciou a capacitação na elaboração e administração de projetos e nas diversas reuniões de acompanhamento. Gerenciado por uma organização de mulheres indígenas, o projeto concentrou suas atenções nas atividades tradicionalmente por elas desenvolvidas, valorizando seu papel no cotidiano das comunidades.

Projeto: Um Centro Cultural em Porto Espiritual: espaço de valorização de nossos costumes

Proponente: Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT)

Beneficiário: etnia Ticuna

Comunidade: Porto Espiritual

Localização: Terra Indígena Tikuna de Porto Espiritual

Município: Benjamin Constant (AM)

Área temática: valorização cultural

Duração prevista: 24 meses

Valor do projeto: R\$ 50.068,70

Sumário: Através da construção de um centro cultural e da realização de oficinas, pretende-se propiciar um espaço onde a tradição Ticuna seja repassada para os mais jovens e onde possam ser realizados encontros com as comunidades vizinhas. Nessas oficinas será estimulada e reforçada a aprendizagem da fabricação do artesanato tradicional Ticuna, também uma fonte de renda para a comunidade. Também serão coletados mitos e outros conhecimentos dos mais velhos.



54

Projeto: Centro Turístico Éware-Aciu - Casa de Festa da Moça Nova

Proponente: Associação dos Artesãos e Cultura Indígena de Umariáçu (ACIU)

Beneficiário: etnia Ticuna

Comunidade: Umariáçu II

Localização: Terra Indígena Umariáçu

Município: Tabatinga (AM)

Áreas temáticas: valorização cultural e atividades econômicas sustentáveis

Duração prevista: 12 meses

Valor do projeto: R\$ 39.975,00

Sumário: A finalidade do projeto é contribuir para a melhoria das condições de vida e

a valorização da cultura do povo Ticuna. Propõe-se a edificar a Casa de Festa da Moça Nova na comunidade de Umariçu II, que servirá para a realização de festas tradicionais, exposição de peças dessas festas, como máscaras e trajes, e venda permanente de artesanato Ticuna. Para suprir a crescente demanda de matéria-prima para a produção de artesanato, serão avaliados os estoques de recursos naturais utilizados - fibras vegetais, madeiras, sementes, entre outros itens -, mensurado o impacto do aumento da produção e as formas de manejo tradicionalmente usadas. Essas informações embasarão discussões com a comunidade indígena Umariçu II sobre a necessidade de planos de manejo específicos para cada recurso utilizado. O projeto também proporcionará a divulgação da cultura indígena Ticuna.



Projeto: Kamaykokuna

Proponente: União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé)

Beneficiários: etnias Kambeba, Miranha, Kanamari, Kokama, Tikuna e Mayoruna

Comunidades: 17 comunidades

Localização: Terras Indígenas Cajuirí de Atravessado, Barreira da Missão de Baixo, Barreira da Missão do Meio, Barreira da Missão de Cima, Méria, Igarapé Grande, Marajaí, Jaquiri, Tupã-Supé, Porto Praia, Paricá, Miratu, Cuiu-Cuiu, Maraã-Urubaxi

Municípios: Coari, Tefé, Maraã, Alvarães e Uarini (AM)

Área temática: resgate e valorização cultural

Duração prevista: 8 meses

Valor do projeto: R\$ 75.227,86

Sumário: Os povos indígenas do Médio Solimões são questionados em sua identidade étnica porque “não sabem falar sua língua”. O projeto Kamaykokuna se propõe a realizar oficinas para apresentação e discussão do processo histórico de contato dos povos indígenas da várzea amazônica com a sociedade luso-brasileira, que os fez “perderem” suas línguas. Assim, serão realizadas oficinas para dez pessoas de cada uma das seis etnias com os seguintes temas: Etno-história dos Povos da Várzea Amazônica, História Lingüística e Políticas Lingüísticas para Línguas Indígenas, Curso de Língua Nhegatu, Oficina Geral de Avaliação e Proposições de Ações. Ao final do projeto, espera-se possibilitar aos povos indígenas do Médio Solimões a reconstrução da sua própria memória histórica, de modo que fortaleçam sua identificação indígena e possam propor novos projetos culturais e lingüísticos, ajustados a seus interesses.

Projeto: Museu Magüta - Ticuna aru ngemaügü tchica

Proponente: Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT)

Beneficiários: etnias Ticuna e Cocama

Comunidades: Filadélfia, Porto Cordeirinho, Bom Caminho, Umariçu I, Umariçu II, Porto Espiritual, Feijoal, Belém do Solimões, Barro Vermelho Enepü

Localização - Terras Indígenas: TI Santo Antônio, Umariçu, Porto Espiritual, Feijoal, Évare I e Évare II

Municípios: Benjamin Constant e Tabatinga (AM)

Área temática: Atividades econômicas sustentáveis e valorização cultural

Duração prevista: 18 meses

Valor do projeto: R\$ 439.901,00

Sumário: O projeto se propõe a criar, por meio de capacitação e de recuperação das estruturas físicas e de condições gerais dos acervos e sua exposição, as condições de geração de capacidade técnica, de gerenciamento e de auto-financiamento do Museu Magüta. Adicionalmente, pretende constituir uma equipe permanente que desenvolva as ações centrais do museu, bem como criar capacidade técnica para a proposição e implementação de novas parcerias e projetos. Visa realizar, também, levantamentos sobre os modelos tradicionais de apropriação dos principais recursos florestais utilizados na fabricação de artesanatos e elaborar estudo de impacto de incremento desta atividade para a área do Alto Solimões.

Projeto: Piscicultura e Fruticultura Integradas na Aldeia Umariçu I

Proponente: Organização Torü Mau Y Meu (OTMM)

Beneficiário: etnias Ticuna

Comunidade: Umariçu I

Localização: Terras Indígena Umariçu

Município: Tabatinga (AM)

Área temática: atividades econômicas sustentáveis

Duração prevista: 24 meses

Valor do projeto: R\$ 115.307,50

Sumário: A aldeia Umariçu I fica muito próxima à cidade de Tabatinga, e por isto sofre com problemas sociais, como alcoolismo, carências de alimentação e superexploração dos recursos naturais. Com esta iniciativa pretendem aumentar a disponibilidade de alimentos, com o povoamento de um açude já existente, e o plantio de espécies frutíferas em seu entorno. Projeto elaborado com auxílio do Grupo de Apoio para Preparação e Execução de Projetos (GAPEP), do PDPI.

56



Projeto: Boas Práticas de Manejo da Castanha

Proponente: Comunidade-Aldeia Marajá (CAM)

Beneficiário: etnia Mayoruna

Comunidade: Marajá

Localização: Terra Indígena Marajá

Município: Alvarães (AM)

Área temática: atividades econômicas sustentáveis

Duração prevista: 12 meses

Valor do projeto: R\$ 80.814,80

Sumário: O projeto pretende treinar os produtores em boas práticas de coleta, armazenamento e comercialização da produção de castanha. Contam com diversos parceiros governamentais - Fundação Estadual para os Povos Indígenas (FEPI) e Agência de Florestas do Estado do Amazonas (Afloram), ambas estaduais, e Prefeitura Municipal Alvarães - para realizar os treinamentos e criar as instalações físicas.

Projeto: Macuracu

Proponente: Oscip Saúde e Educação Indígena (OSEI-Tefé)

Beneficiários: etnias Kambeba, Cocama e Ticuna

Comunidades: Bugaio, Cajual e Inglaterra

Localização: Terra Indígena Estrela da Paz

Município: Jutáí (AM)

Área temática: proteção do território

Duração prevista: 12 meses

Valor do projeto: R\$ 108.688,25

Sumário: O projeto pretende trabalhar com a proteção dessa terra indígena através de reunião e discussão com duas das cinco comunidades existentes, apoiar a capacitação de pessoas para a conscientização da área de entorno, executar a limpeza dos limites da terra indígena; realizar monitoramento e fiscalização das áreas afetadas por invasores e a construir um flutuante nos pontos onde há invasões mais constantes.

¹ Antropólogo, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Contato: fabio.almeida@mma.gov.br

² Antropólogo, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Contato: cassio.souza@mma.gov.br

³ Engenheiro florestal, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Contato: sergio.sa@mma.gov.br

⁴ Ecóloga, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Contato: maira.smith@mma.gov.br

⁵ Ecóloga, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas. Contato: roselis.mazurek@mma.gov.br

CORREDORES ECOLÓGICOS



Ministério do
Meio Ambiente

